

Há necessidade de térmicas a carvão?

Tenho abordado nessa coluna as atuais mazelas do setor elétrico decorrentes de subsídios que há muito deveriam ter sido extintos. Não o foram porque o Congresso Nacional tem se empenhado em aprovar leis que, além de bagunçar o setor, privatizam benefícios e socializam custos.

Dentre as mazelas, há o risco de apagões, tanto por excesso quanto por falta de geração de energia, dependendo da hora do dia. O sistema elétrico pode colapsar quando o sol estiver a pino (muita geração solar) e o consumo for reduzido, principalmente aos domingos e feriados. Também pode colapsar no início da noite, quando não há geração solar e o consumo é elevado.

Para resolver esse segundo problema, o governo organizou o Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP). A ideia é pagar anuidades às usinas que se comprometerem a gerar energia nos horários de maior consumo, sempre que o Operador Nacional do Sistema (ONS) assim determinar.

Como eletricamente não faz diferença qual fonte energética tenha isso utilizada para atender à ordem do ONS, os vencedores do leilão deveriam ser as usinas que aceitassem as menores anuidades. Porém, não será assim. O leilão foi organizado de tal forma que impede a competição entre hidroelétricas e termoeletricas, e define requisitos elásticos de habilitação, dependendo do tipo de usina. Aparentemente para “atender a todos”, como se fosse uma competição entre cães de diferentes raças.

Até as usinas a carvão, que levam um tempo considerável para atingir a plena potência e para esfriar, poderão se sagrar vencedoras. São usinas sem flexibilidade operativa, vocacionadas para “operar na base” e não para atender a ponta de consumo. Além de serem campeãs na emissão de gases de efeito estufa.

Historicamente, as usinas a carvão têm sido necessárias durante as secas, quando a produção das hidroelétricas diminui, para atendimento da média e não da ponta do consumo. No jargão do setor, para solução de um problema energético e não de potência. Foram também acionadas em outros períodos por razões políticas. Em 2025 receberam cerca de R\$ 1 bilhão de subsídios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Com o crescimento vertiginoso da geração renovável intermitente, será que as térmicas a carvão ainda serão necessárias no futuro? Creio que não.

Para resolver um problema é preciso enunciá-lo corretamente: a contratação das usinas térmicas a carvão não visa solucionar um gargalo energético ou garantir a segurança do fornecimento. Trata-se, isso sim, de um subsídio disfarçado de política energética. O governo está, na prática, utilizando a conta de luz de todos os brasileiros para subsidiar algumas comunidades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Embora a preocupação com o sustento dessas populações seja legítima e necessária, é um erro utilizar o setor elétrico para camuflar esse custo. A solução não deveria passar por contratos de longo prazo (10 anos) para continuar queimando carvão a preços significativamente não competitivos, ignorando os efeitos sobre as mudanças climáticas.

Se a questão é social, a solução deveria ser custeada pelo orçamento da União, com transparência, e não pela tarifa de energia elétrica.

É preciso encarar o problema social com políticas sociais. E deixar o setor elétrico ser eficiente.

economia

Há necessidade de térmicas a carvão?

Contratação dessas usinas é subsídio disfarçado de política energética

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Tenho abordado nesta coluna as atuais mazelas do setor elétrico decorrentes de subsídios que há muito deveriam ter sido extintos. Não o foram porque o Congresso Nacional tem se empenhado em aprovar leis que, além de bagunçar o setor, privatizam benefícios e socializam custos.

Dentre as mazelas, há o risco de apagões, tanto por excesso quanto por falta de geração de energia, dependendo da hora do dia. O sistema elétrico pode colapsar quando o sol está a pino (muita geração solar) e o consumo é reduzido, principalmente aos domingos e feriados. Também pode colapsar no início da noite, quando não há geração solar e o consumo é elevado.

Para resolver esse segundo problema, o governo organizou o Leilão de Reserva de Capacidade (LR-CAP). A ideia é pagar anuidades às usinas que se comprometerem a gerar energia nos horários de maior consumo, sempre que o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) assim determinar.

Como eletricamente não faz diferença qual fonte energética seja utilizada para atender à ordem do ONS, os vencedores do leilão deveriam ser as usinas que aceitassem as menores anuidades. Porém, não será assim. O leilão foi organizado de tal forma que impede a competição entre hidrelétricas e termelétricas e define requisitos elásticos de habilitação, dependendo do tipo de usina. Aparentemente para "atender a todos", como se fosse uma competição entre cães de diferentes raças.

Até as usinas a carvão, que levam um tempo considerável para atingir a plena potência e para esfriar, poderão se sagrar vencedoras. São usinas sem flexibilidade operativa, vocacionadas para "operar na base", não para atender a ponta de consumo. Além de serem campeãs na emissão de gases de efeito estufa.

Historicamente, as usinas a carvão têm sido necessárias durante as secas, quando a produção das hidrelétricas diminui, para atendimento da média, não da ponta do consumo. No jargão do setor, para solução de um problema energético, não de potência.

Foram também acionadas em outros períodos por razões políticas. Em 2025 receberam cerca de R\$ 1 bilhão de subsídios da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Com o crescimento vertiginoso da geração renovável intermitente, será que as térmicas a carvão ainda serão necessárias no futuro? Creio que não.

Para resolver um problema, é preciso enunciar-lo corretamente: a contratação das usinas térmicas a carvão não visa solucionar um gargalo energético ou garantir a segurança do fornecimento. Trata-se, isso sim, de um subsídio disfarçado de política energética. O governo está, na prática, utilizando a conta de luz de todos os brasileiros para subsidiar algumas comunidades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Embora a preocupação com o sustento dessas populações seja legítima e necessária, é um erro utilizar o setor elétrico para camuflar esse custo. A solução não deveria passar por contratos de longo prazo (dez anos) para continuar queimando carvão a preços significativamente não competitivos, ignorando os efeitos sobre as mudanças climáticas.

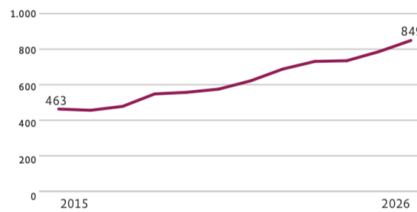
Se a questão é social, a solução deveria ser custeada pelo Orçamento da União, com transparência, não pela tarifa de energia elétrica.

É preciso encerrar o problema social com políticas sociais. E deixar o setor elétrico ser eficiente.

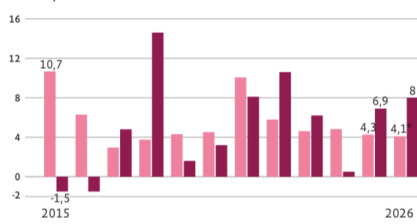
Se a preocupação, legítima e necessária, é o sustento de populações em SC e no RS, a solução deveria ser custeada pelo Orçamento da União, com transparência, não pela tarifa de energia elétrica

Histórico da tarifa média

Em R\$/MWh, sem considerar tributos



Em %
■ Variação da tarifa em relação ao ano anterior
■ Inflação



* Estimativa
Fontes: Aneel e IBGE

Conta de luz terá aumento médio de 8% em 2026, diz Aneel

Tarifas são pressionadas por subsídios e privatização da Eletrobras; primeiros reajustes serão de 23,2% em RR e 14,2% e 6,9% no RJ

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Os primeiros reajustes na conta de luz aprovados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) em 2026 indicam que o ano será pesado para o consumidor. Em Roraima, a alta média foi de 23,2%. No Rio de Janeiro, de 14,2% para os clientes da Enel, e de 6,9% para os da Light. Os aumentos foram justifica-

dos, principalmente, pela alta no custo dos subsídios cobrados na conta de luz. Nesta terça (17), a Aneel projetou que, em média, a conta de luz do brasileiro vai subir 8% em 2026, o dobro da inflação (segundo o boletim Focus, a expectativa do mercado é que o IPCA termine o ano em 4,1%).

Em 2025, a alta média foi de 7%, e a inflação oficial, 4,26%. Em 2024, a tarifa média subiu 0,5%, e

em 2023, 6,2%.

Cerca de metade do índice de reajuste para este ano é provocado por aumento no custo dos subsídios, pagos por meio de um mecanismo chamado CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que vai custar R\$ 52 bilhões aos brasileiros em 2026.

São recursos direcionados, por exemplo, a subsídios a energias renováveis e à isenção da conta de luz para brasileiros de baixa renda, aprovada em 2025 pelo Congresso a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O custo da energia também será maior, com efeitos de um esperado uso maior de térmicas para compensar poucas chuvas na virada do ano e da privatização da Eletrobras, hoje Axia, que vende a preços de mercado parte da energia que antes comercializava em cotas às distribuidoras.

A lei que privatizou a Eletrobras em 2022 estipulou período para que hidrelétricas da companhia seguissem vendendo energia a preços de contratos antigos, mas com redução das cotas a cada ano até chegar a 0% em 2027.

Nos três reajustes anunciados, subsídios tiveram peso relevante. Em Roraima, estado interligado recentemente ao SIN (Sistema Interligado Nacional), e na área da Enel, eles foram responsáveis por cerca de metade do reajuste.

Na área da Light, subiram 7,6%, mais do que o indicador final, mas a alta foi parcialmente compensada pela queda de outros componentes da tarifa.

A redução dos subsídios na conta de luz foi prometida pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que chegou a enviar um projeto de lei de reforma do setor elétrico ao Congresso Nacional.

Mas o Planalto recuou diante de pressão de lobbies sobre lideranças parlamentares e acabou aprovando só a criação de mais um subsídio, o Luz do Povo.

A Aneel destacou nesta terça que o governo vai usar recursos da taxa de uso do bem público para dar descontos na conta de luz para moradores de estados das regiões atendidas pela Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

A primeira abrange Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. A segunda, estados da região Nordeste e municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

RESERVA DE CAPACIDADE

Governo organiza hoje maior leilão de energia do ano

SÃO PAULO O Ministério de Minas e Energia e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) organizam nesta quarta-feira (18) a primeira etapa do leilão de eletricidade mais importante do ano. Chamado de reserva de capacidade, o certame tem a função de garantir suprimento de energia em momentos de falta, principalmente no início das noites, quando o sol se põe e a demanda por energia aumenta.

Nessa primeira fase, o governo pode contratar energia de hidre-

létricas e termelétricas movidas a gás natural e carvão mineral, dois combustíveis fósseis que contribuem para o aquecimento global. O leilão vai acontecer na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), em São Paulo. O fornecimento das térmicas será de 10 anos, e o das hidrelétricas, de 15. O longo período é atrativo para as empresas donas das usinas, que poderão ter demanda garantida pela próxima década.

Segundo dados divulgados pela Aneel em novembro, 330 proje-

tos foram inscritos para o leilão, totalizando 120.386 MW (megawatts), mais de oito vezes a capacidade instalada da usina de Itaipu. São 31 térmicas a gás natural e 3 a carvão, além de 16 ampliações de hidrelétricas.

Os participantes não foram revelados, mas espera-se que todas as grandes empresas do setor participem. A quantidade de energia a ser contratada só será divulgada após o leilão, mas analistas esperam algo de 5 GW a 10 GW (gigawatts). **Pedro Lovisi**